

recur sos

*Luiz Fernando
Valladão Nogueira*

e proc edime ntos

*nos tribunais
no código de processo civil*

6ª edição

recur
sos
e
proc
edime
ntos

*nos tribunais
no código de processo civil*

recur sos

*Luiz Fernando
Valladão Nogueira*

e proc edime ntos

*nos tribunais
no código de processo civil
6ª edição*





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Luiz Fernando Valladão Nogueira.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Nathália Torres
Diagramação Bárbara Rodrigues
Enzo Zaqueu Prates
Nathália Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

Nogueira, Luiz Fernando Valladão, 1965-
N778 Recursos e procedimentos nos tribunais / Luiz Fernando Valladão. - 6. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
368 p.

ISBN 978-65-5589-027-3

1. Direito. 2. Direito Processual. 3. Julgamento e vias de recursos. I. Título.

CDDir: 341.435

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



Enquanto apaixonado pela advocacia e pela família, vejo-me à vontade para declarar o amor sincero ao meu querido pai, Marcio Nogueira, professor de várias gerações de profissionais do Direito e autêntico advogado de trincheira. Não por outras razões, trago, agora, forte no coração e na lembrança, o sorriso saudoso e fácil de minha amada mãe, Maria Helena, também advogada quando por aqui esteve. E, com muita alegria, dedico a presente obra à doce Carol e aos cativantes e lindos filhos, Mariana e Mateus.

NOTA DO AUTOR

O Novo código processual, ao adotar certa preponderância dos princípios, via de regra marcados por cláusulas abertas, gera ampliação no poder detido pelo magistrado de fazer opções interpretativas.

Com efeito, ao mesmo tempo em que estabelece inexistir hierarquia entre as fontes de Direito, o legislador processual estimula, agora, a observância aos princípios. E, a tal propósito, adota alguns, expressamente, dentre eles os da “dignidade humana”, “razoabilidade” e “proporcionalidade”.

É de convir-se que expressões subjetivas, do naipe das que foram acima enunciadas, autorizam decisões que, a pretexto de homenagear os princípios, vêm carregadas de valores e preferências dos magistrados que as proferem.

A referida situação é capaz de trazer insegurança jurídica, na medida em que as leis, de certa forma, serão interpretadas ao sabor dos valores, incluindo-se aí os preconceituosos e de conveniência, de cada magistrado.

Pois bem, a partir daí é que se destaca o papel, no novo sistema processual, dos recursos e procedimentos nos tribunais, tema abordado pelo presente trabalho.

É que a jurisprudência, também fonte do Direito, é desenhada pelos tribunais. E, como o novo código abraçou critérios de interpretação mais subjetivos, a jurisprudência foi eleita como o instituto moderador desse poder mais amplo do magistrado.

Assim é que o legislador fixou, como norte a ser seguido, a estabilização da jurisprudência. Vale dizer que, uma vez prevalente determinada interpretação no âmbito dos tribunais, por mais subjetiva que se revele, é preciso que ela seja uniforme.

A fim de dar concretude ao sistema idealizado, criou-se, por exemplo, efeito vinculativo amplo às decisões proferidas em recursos

repetitivos, o mesmo acontecendo com os enunciados provenientes de incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência. E, além de permitir decisões sumárias por juízes ou relatores em casos já pacificados por tais mecanismos, o novo código facultou ao eventual prejudicado a utilização da reclamação, instituto a ser manejado diretamente no tribunal responsável pela pacificação.

Não é exagerado dizer, nesse panorama, que, mais do que reexaminar decisões, os tribunais, doravante, serão responsáveis pela criação de comportamentos. Ora, na medida em que suas decisões ganham força vinculativa além dos interesses das partes, os tribunais, sem dúvida, estarão a ditar regras, tal qual já o faz o Poder Legislativo.

Esse novo papel dos tribunais será estimulado, naturalmente, por meio dos recursos e procedimentos inaugurados pelas partes e interessados. O objetivo do presente trabalho é, exatamente, trazer alguma contribuição na análise dos institutos que compõem o sistema escolhido pelo legislador.

Espera-se que o roteiro adotado pelo novo código traga, de fato, previsibilidade e segurança jurídica. O tempo, certamente, dirá!

De nossa parte, valendo-nos da experiência das salas de aula e da advocacia exercida diariamente nos tribunais, não nos furtamos ao debate e apresentamos, agora, o presente trabalho à comunidade jurídica.

Boa leitura!

Luiz Fernando Valladão Nogueira
Autor

SUMÁRIO

1. OS PRINCÍPIOS E AS DEMAIS FONTES DO DIREITO	17
1.1. Conceitos Gerais.....	17
1.2. Princípios Adotados pelo Novo CPC.....	19
1.3. Princípios adotados pelo NCPC, quanto aos Recursos e Procedimentos nos Tribunais.....	36
2. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	43
2.1. Conceito.....	43
2.2. Atos sujeitos a recursos.....	44
2.2.1. Os atos processuais	44
2.2.2. Os atos judiciais.....	45
2.2.3. Atos judiciais sujeitos a recursos	48
2.3. Classificação dos recursos quanto à finalidade.....	51
2.4. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito.....	52
2.4.1. Admissibilidade do recurso.....	52
2.4.2. Juízo de mérito.....	57
2.5. Pressupostos de admissibilidade.....	58
2.5.1. Legitimidade recursal.....	59
2.5.2. Interesse recursal – Derrota e sucumbência jurídica.....	66
2.5.3. Tempestividade	68
2.5.4. Adequação.....	72
2.5.5. Regularidade formal.....	74
2.5.6. Preparo.....	75

2.6. Sucumbência Recursal.....	78
2.7. Os Efeitos dos Recursos. obtenção excepcional do efeito suspensivo e da antecipação da tutela recursal.....	81
2.8. Recurso Adesivo.....	87
2.9. Recurso: Desistência e Renúncia.....	89
2.10. Recurso: Alcance da Decisão e o Litisconsórcio.....	91
2.11. Técnica de julgamento nas hipóteses de divergência nos tribunais – art. 942 CPC.....	92
2.11.1. Rápida incursão nos principais critérios de interpretação das normas.....	92
2.11.2. O art. 942 CPC e o desgaste dos embargos infringentes. Sistema anterior para as hipóteses de divergência nos tribunais de 2ª instância	96
2.11.3. O art. 942 CPC. Abordagem conceitual. Literalidade e opções claras – Descabimento de ampliações ou restrições para as hipóteses de cabimento.....	97
2.11.4. A Técnica de julgamento e a matéria encaminhada ao colegiado amplo.....	107
2.11.5. O Procedimento: ampliação, participação dos advogados, julgamento final. Nulidade por inobservância e formas de insurgimento.....	111
2.11.6. Rápida conclusão.....	114

3. APELAÇÃO **117**

3.1. Conceito e Adequação.....	117
3.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade na Apelação.....	118
3.2.1. Tempestividade.....	118
3.2.2. Regularidade formal.....	118
3.3. Efeitos da Apelação.....	118
3.3.1. Efeito suspensivo.....	118
3.3.2. Efeito devolutivo.....	123
3.4. Processamento da Apelação.....	127
3.4.1. Procedimento em 1ª instância.....	127
3.4.2. Procedimento em 2ª instância.....	128

3.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal na apelação.....	129
--	-----

4. AGRAVO DE INSTRUMENTO **131**

4.1. Conceito e Adequação (hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento – Art. 1015 NCPC).....	131
4.1.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória – Limitação após posicionamento do STJ sobre o art. 1015 CPC.....	143
4.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade do Agravo.....	145
4.2.1. Tempestividade.....	145
4.2.2. Regularidade formal.....	145
4.3. Efeitos e Procedimento do Agravo de Instrumento.....	146
4.3.1. Efeitos – devolutivo/translativo e suspensivo.....	146
4.3.2. Procedimento.....	151
4.3.2.1. Juízo de Retratação.....	152
4.3.2.2. Recorribilidade da decisão sobre efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal.....	153

5. AGRAVO INTERNO **155**

5.1. Conceito e Adequação.....	155
5.1.1. Julgamentos colegiados.....	155
5.1.2. Finalidade do agravo interno e a decisão monocrática.....	156
5.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	156
5.2.1. Tempestividade.....	156
5.2.2. Regularidade formal.....	156
5.3. Efeitos e Procedimento do Agravo Interno.....	157
5.3.1. Efeitos.....	157
5.3.2. Procedimento.....	157

6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS **161**

6.1. Conceito e Adequação – omissão, obscuridade, contradição e erro material.....	161
6.1.1. Conceito e justificativa dos embargos declaratórios.....	161

6.1.2. Cabimento –“Qualquer decisão judicial”.....	164
6.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	165
6.2.1. Tempestividade.....	165
6.2.2. Regularidade formal.....	165
6.2.3. Inexigibilidade de preparo.....	165
6.3. Efeitos dos Embargos Declaratórios.....	165
6.3.1. Efeitos.....	165
6.3.2. Obtenção excepcional do efeito suspensivo.....	166
6.4. O Efeito Modificativo ou Infringente.....	166
6.5. Efeito Interruptivo do Prazo a Outros Recursos e Embargos Protelatórios.....	167
6.5.1. Interrupção do prazo.....	167
6.5.2. Multa e intuito manifestamente protelatório.....	169
6.6. Os Embargos Declaratórios e a Reiteração do Recurso já Interposto.....	169
6.7. O Procedimento dos Embargos Declaratórios.....	170

7. RECURSO ORDINÁRIO **173**

7.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	173
7.2. Efeitos e Procedimento.....	174

8. RECURSO ESPECIAL **177**

8.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	177
8.2. Pressupostos Específicos de Admissibilidade – Matéria Jurídica, Prequestionamento e Esgotamento das Instâncias Ordinárias. Nova Flexibilização.....	178
8.2.1. Pressupostos específicos de admissibilidade.....	178
8.2.2. Afastamento da jurisprudência defensiva – Atenuação no rigor dos pressupostos de admissibilidade.....	179
8.2.3. Flexibilização do prequestionamento.....	182
8.2.4. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário.....	186
8.3. Regularidade Formal.....	188

8.4.	Efeitos do Recurso Especial.....	189
8.4.1.	Efeitos.....	189
8.4.2.	Efeito translativo.....	189
8.4.3.	Obtenção excepcional de efeito suspensivo.....	191
8.4.4.	Obtenção excepcional da antecipação da tutela recursal.....	193
8.5.	Procedimento.....	194
9.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	197
9.1.	Conceito e Adequação.....	197
9.2.	Repercussão Geral e Demais Pressupostos.....	198
9.3.	Recurso Extraordinário e Julgamento com Modulação.....	200
10.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	201
10.1.	Conceito, Adequação e Prazo.....	201
10.2.	Efeitos, Regularidade Formal e Procedimento.....	202
11.	INCIDENTES E PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E RECURSOS ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS	205
11.1.	Princípio da Estabilidade da Jurisprudência e Algumas Especificidades.....	205
11.1.1.	Precedentes e Teoria dos motivos determinantes.....	207
11.2.	Assunção de Competência.....	210
11.2.1.	Cabimento.....	210
11.2.2.	Vinculação.....	211
11.2.3.	Procedimento.....	212
11.3.	Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.....	212
11.3.1.	Cabimento.....	212
11.3.1.1.	Procedimento-Modelo X Causa-Piloto.....	213
11.3.2.	Procedimento e vinculação.....	215
11.4.	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	217

11.4.1. Cláusula de reserva de plenário.....	217
11.4.2. Procedimento e vinculação.....	218
11.5. Os Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos.....	219

12. RECLAMAÇÃO **221**

12.1. Natureza Jurídica.....	221
12.2. Reclamação antes do NCPC.....	221
12.3. Cabimento.....	224
12.3.1. Preservação da Competência.....	225
12.3.2. Preservação da Autoridade das Decisões.....	226
12.3.3. Observância de Súmula Vinculante e Decisão em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	227
12.3.4. Observância de Decisão em IRDR e Assunção de Competência.....	230
12.3.5. Observância das Decisões em RE e REsp repetitivos e com Repercussão Geral reconhecida.....	231
12.3.6. Situação específica das Turmas Recursais.....	234
12.4. Legitimidade.....	239
12.5. Procedimento.....	239
12.6. Prazo.....	243
12.7. Coexistência com Recurso.....	244
12.8. Recursos Cabíveis.....	244
12.9. Conclusão.....	245

13. A AÇÃO RESCISÓRIA **247**

13.1. A Coisa Julgada.....	247
13.1.1. Relevância e conceito.....	247
13.1.2. Coisa julgada material e formal. Preclusão. Distinções relevantes.....	252
13.1.2.1. Coisa Julgada Formal.....	252
13.1.2.2. Preclusão.....	253
13.1.3. Coisa julgada e sua eficácia. Rediscussão vedada. A relativização.....	255

13.1.4. A coisa julgada e os atos judiciais. Sentença, acórdão, decisão monocrática e decisão interlocutória de mérito.....	259
13.1.5. Os limites objetivos da coisa julgada.....	261
13.1.6. Os limites subjetivos da coisa julgada.....	262
13.2. Ação Rescisória. Conceito e Cabimento.....	265
13.2.1. Conceito.....	265
13.2.2. Cabimento.....	267
13.3. Ação Rescisória e Competência.....	273
13.4. Ação Rescisória e a Sentença dada por Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz.....	279
13.5. Rescisória e Juiz Impedido ou Absolutamente Incompetente.....	281
13.6. Rescisória e as Hipóteses de Dolo, Coação, Simulação e Colusão.....	283
13.7. Rescisória e a Ofensa à Coisa Julgada.....	287
13.8. Rescisória e a Decisão que “Violar Manifestamente Norma Jurídica”.....	290
13.9. A Rescisória e a Falsidade da Prova.....	294
13.10. A “Prova Nova” e a Rescisória.....	297
13.11. A Rescisória e o “Erro de Fato”.....	300
13.12. As Partes na Ação Rescisória.....	303
13.13. A Petição Inicial da Ação Rescisória.....	308
13.14. O Processamento da Ação Rescisória.....	312
13.15. O Julgamento da Ação Rescisória.....	314
13.16. O Trânsito em Julgado e o Prazo Decadencial.....	317
13.17. Efeito Suspensivo e a Ação Rescisória.....	323
13.18. Institutos Similares: Ação Anulatória (Art. 966 §4º NCPC) e a Querela Nullitatis.....	329
13.18.1. Ação anulatória.....	329
13.18.2. Ação querela nullitatis.....	333

14. REMESSA NECESSÁRIA. ASPECTOS RELEVANTES E ALTERAÇÕES DO CPC/15 **337**

- 14.1. Conceito e justificativa. Princípios.
 - Duplo grau de jurisdição e a fazenda pública.....337
- 14.2. Base legal e atos judiciais sujeitos à remessa necessária..... 338
- 14.3. Hipóteses de cabimento. Interpretação analógica X restritiva.
 - Hipóteses de dispensa (aspectos qualitativo e quantitativo).....343
- 14.4. Limites do efeito devolutivo na remessa necessária..... 349
- 14.5. Especificidades derradeiras e conclusão.....350

15. SUSTENTAÇÃO ORAL **353**

- 15.1. Considerações Iniciais..... 353
- 15.2. As Hipóteses de Cabimento de Sustentação Oral.
 - Normatização do Tema.....353
- 15.3. O Conteúdo da Sustentação Oral..... 356
- 15.4. Postura e Procedimento: o Advogado e a Sustentação Oral..... 359
 - 15.4.1. Princípios a serem observados..... 359
 - 15.4.2. Etapas e critérios.....360
 - 15.4.3. Erro material no voto proferido e sua imediata arguição pelo orador. Arguição posterior por embargos declaratórios.....362
- 15.5. Conclusão.....362

REFERÊNCIAS **365**

os princípios e as demais fontes do direito • teoria
geral dos recursos • apelação • agravo de instrumento
• agravo interno • embargos declaratórios • recurso
ordinário • recurso especial • recurso extraordinário
• embargos de divergência • incidentes e procedimen-
tos de uniformização nos tribunais • reclamação •
a ação rescisória • sustentação oral • remessa necessária

indicado
para *alunos*
professores
profissionais

